

Ministério da Saúde Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas



Brasília - DF



Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas

Em 2005 foi instituído o Grupo da Terra (Portaria MS/GM nº 2.460/2005) – espaço de diálogo entre a gestão do SUS e os movimentos sociais do campo, da floresta e das águas, visando atender às necessidades de atenção à saúde dessas populações.

Objetivo: elaborar a **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).**

A **Portaria n° 2.866/2011** instituiu a política no âmbito do SUS. É um instrumento norteador e legítimo do reconhecimento das necessidades de saúde dessas populações.

A Portaria n° 2.311/2014 incluiu o termo "águas" na denominação da PNSIPCF, que passou a ser denominada Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).

A quem se destina?

Povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social relacionados predominantemente com o campo, a floresta, os ambientes aquáticos, a agropecuária e o extrativismo, como: camponeses; agricultores familiares; trabalhadores rurais; comunidades de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; **populações ribeirinhas**; populações atingidas por barragens; dentre outros.

Objetivo Geral

Promover a saúde das populações do campo, da floresta e das águas, por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia, orientação sexual e religiosa, visando o acesso aos serviços de saúde, a redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e a melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida.

Pautas Relevantes

- Ampliação do acesso aos serviços de saúde.
- Saúde do Trabalhador (a) do CFA.
- Saúde da Mulher
- Saúde Mental
- Redução de problemas decorrentes da utilização de agrotóxicos.
- Agroecologia/Alimentação saudável.
- Saneamento rural.
- Plantas medicinais e fitoterápicos.
- Formação de profissionais de saúde com foco às especificidades das populações do CFA e das lideranças dos movimentos sociais do CFA com foco na participação e controle social no SUS.



Plano Operativo da PNSIPCFA

Pactuado pela **Comissão de Intergestores Tripartite (CIT)** - Resolução n° 3, de 6 de dezembro de 2011

COMPOSTO POR QUATRO EIXOS:

Eixo 1: Acesso das populações do campo, da floresta e das águas na Atenção à Saúde.

Eixo2: Ações de promoção e vigilância em saúde às populações do campo, da floresta e das águas.

Eixo 3: Educação permanente e educação popular em saúde com foco nas populações do campo, da floresta e das águas.

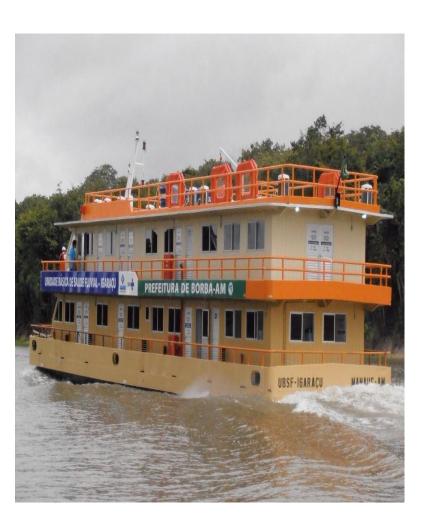
Eixo 4: Monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde às populações do campo, da floresta e das águas.

Principais avanços

- Articulação para a participação de representantes dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas nos Conselhos e Conferências de Saúde .
- Programa Mais Médicos



Além de **levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais**, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.



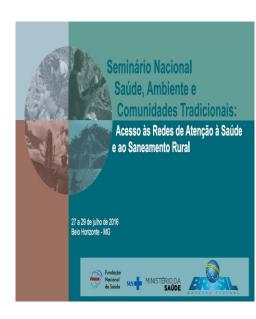
Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.

Redefinição do arranjo organizacional das equipes de Saúde da Família.

Equipe(s) de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) e da(s) Equipe(s) de Saúde da Família Fluvial (ESFF) para os municípios da Amazônia Legal e Pantanal Sul Matogrossense, assim como a definição dos valores de financiamento destas equipes e de custeio das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), considerando as especificidades locais.

- Portaria nº 290, de 28 de fevereiro de 2013, que institui o Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde Fluviais no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) aos Estados e aos Municípios da Amazônia Legal e Pantanal Sul Matogrossense.
- Portaria nº 1.591, de 23 de julho de 2012, que estabelece os critérios para habilitação de Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF) para fins de recebimento do incentivo mensal de custeio a que se refere o art. 4º da Portaria nº 2.490/GM/MS, de 21 de outubro de 2011.
- Portaria nº 2.490, de 21 de outubro de 2011, Define os valores de financiamento das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR) e custeio das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), mediante a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica.

- Seminário Nacional de Saúde, Ambiente e Comunidades Tradicionais: Acesso às Redes de Atenção à Saúde e ao Saneamento Rural. Julho de 2016.
- Contribuição no processo de construção do Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR). Representantes do campo, da floresta e das águas. http://pnsr.desa.ufmg.br/
- Desenvolvimento de processos educativos com base na educação popular. Cursos de formação de lideranças.
- Fomento e desenvolvimento de pesquisas voltadas à saúde das populações do campo, da floresta e das águas. Observatório da PNSIPCFA (Obteia).
- Apoio ao desenvolvimento da cursos para lideranças sociais do campo, da floresta e das águas para o controle social. (Projeto de formação de lideranças, mestrado profissional, entre outros).



- Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas – Obteia. http://www.saudecampofloresta.unb.br/
- Visa a avaliar e contribuir para a implantação da Política.



REALIZAÇÃO DE PESQUISA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DAS POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Território/UF

Ilha de Maré (BA)

Vale do São Francisco – Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)

Bico do Papagaio (TO) Babaçulândia e Filadélfia

Melgaço (PA)

Rio Verde (GO)

Tauá (CE)

Nova Santa Rita (RS)

Norte de Minas (MG)

Quilombolas - Campinho (RJ)

Comitês de Promoção de Equidade em Saúde

Implantados até 2016:

- √ RS (CFA)
- ✓ RJ (CFA / Grupo de Trabalho)
- ✓ RN (Comitê Ampliado)
- ✓ PI (Comitê Ampliado)
- ✓ ES (Comitê Ampliado)
- ✓ SE (Comitê Ampliado)

Planejamento 2017:

✓ Fortalecer Comitês já implementados e contribuir para a criação de novos (colegiado; encontro nacional)

Curso a distância sobre a Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas

Módulo I

O curso foi desenvolvido de forma intersetorial e participativa, a partir de uma parceria entre as Secretarias de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) e de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Ceará (UFC), que integra a Rede de Instituições Ensino Superior da UNA-SUS, e contou também com a colaboração do Grupo da Terra.

Acesso: www.avasus.ufrn.br

Até setembro/2016: Inscritos: 17.237 / Certificados: 4.485

Módulo II

Direcionado aos profissionais da saúde. Encontra-se em fase de finalização.

Grata!!!!

Fátima Cristina C. M. Silva DAGEP/SGEP/MS fatima.cristina@saude.gov.br 61 3315.8895